

**Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 26(vinte e seis) de maio do ano de 2020(dois mil e vinte).**

Às dez horas do dia 26(e seis) de maio do ano de 2020 (dois mil e vinte) sob a Presidência do Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo e com a ocupação da Primeira Secretaria pela Vereadora Alexandra dos Santos Codeço, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Achilles Almeida Barreto Neto, Adeir Novaes, Edilan Ferreira Rodrigues, Guilherme Aarão Quintas Moreira, Jefferson Vidal Pinheiro, Leticia dos Santos Jotta, Miguel Fornaciari Alencar, Silvio David Pio Oliveira e Vagne Azevedo Simão. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta 97ª (NONAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) LEGISLATURA (2017 - 2020) - 30ª PERÍODO (01/01/2019 À 31/12/2020) DE 26 DE MAIO DE 2020 em nome de Deus. Cumprido o rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: **PROJETO DE LEI: 0058/2020 - ADRIANO GUILHERME DE TEVES MORENO,** ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021. (OFÍCIO Nº 29/2020 - MEMSAGEM EXECUTIVA Nº 10/2020); **PROJETO DE LEI: 0059/2020 - TODOS OS VEREADORES,** ISENTA A FAMÍLIA OU RESPONSÁVEL POR CIDADÃO FALECIDO, INSCRITO OU INSCRITOS NO CADÚNICO, CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL, DO PAGAMENTO DA TAXA DE SEPULTAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0060/2020 - TODOS OS VEREADORES,** INSTITUI MEDIDAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA NO MUNICÍPIO REFERENTE AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0061/2020 - TODOS OS VEREADORES,** REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM SEGUIDOS NOS SERVIÇOS DE ENTREGAS À DOMICÍLIO (DELIVERY) DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA DEVIDO AO CORONAVÍRUS (COVID-19); **REQUERIMENTO: 0037/2020 - TODOS OS VEREADORES,** SOLICITA AO EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO AS INFORMAÇÕES SOBRE TODOS OS REPASSES DE RECURSOS SEJAM FÍSICOS, HUMANOS OU FINANCEIROS REPASSADOS MENSALMENTE AO MUNICÍPIO PELO GOVERNO FEDERAL E/OU ESTADUAL PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA EM DECORRÊNCIA DA COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS); **REQUERIMENTO: 0039/2020 -1/3 DE VEREADORES,** REQUER A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), OBJETIVANDO APURAR FAKE NEWS NA CIDADE DE CABO FRIO; **INDICAÇÃO: 0141/2020 - TODOS OS**

**VEREADORES**, SOLICITA AO EXMO. SR. PREFEITO QUE IMPLANTE O SISTEMA DE RESGATE NAS UPAS DE TAMOIOS E CABO FRIO PARA EMERGÊNCIA NO ATENDIMENTO DE PESSOAS INFECTADAS PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19), QUE ESTEJAM COM SINTOMAS GRAVES. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a **Tribuna** aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito o **Vereador** Miguel Alencar, que inicialmente saudou a todos. Em seguida, discorreu sobre proposição de sua autoria, dispondo sobre a abertura de uma CPI para apurar casos de fake news, destacando que ele próprio fora vítima de fake news, bem como quase todos os demais vereadores. Em aparte, a Vereadora Leticia Jotta, disse que a proposição do Vereador Miguel era imprescindível, em virtude de que práticas como aquela faziam o vereador perder tempo e atrapalhava todo o funcionamento do Legislativo. Disse ter sofrido com notícia falsa divulgada, o que fora uma tentativa de denegrir sua imagem e a de sua família. Também em aparte o Vereador Jefferson Vidal disse que, também a imprensa irresponsável por vezes agia de forma a denegrir a imagem do homem público e que até haver provas de que era fake news já havia virado verdade, por isso o orador teria todo apoio de sua parte. Também em aparte, a Vereadora Alexandra Codeço disse que, não poderia deixar de apoiar aquela iniciativa e que era verdadeira a assertiva de que havia jornalistas mal intencionados apesar de não serem todos. Reportou-se a um projeto de Lei, proposto por ela e relacionado à violência contra a mulher, que na ocasião a delegada da Delegacia da Mulher lhe dera a honra de sua presença em seu gabinete para parabenizá-la. Afirmou que, na época uma jornalista publicou matéria deixando subtendido que a polícia estava cumprindo mandado em seu gabinete. Em outro aparte, o Vereador Achilles Barreto disse que a maldade das fake news deveria ser o foco da CPI. Reportou-se ao caso de um rapaz que fora acusado de pedofilia no município de Araruama e que fora imensamente prejudicado por uma fake news. Parabenizou o Vereador Miguel Alencar e colocou-se à disposição do mesmo. Retomando ao seu discurso, o Vereador Miguel Alencar leu relatório de receitas e despesas da prefeitura, destacando que houvera queda de arrecadação e que as receitas eram de 30 milhões, quando a queda na arrecadação chegara a 50%, o que complicara muito a situação financeira do município. Em seguida discorreu sobre a importância de acelerar a implantação de novas empresas e do condomínio industrial para geração de empregos e aumento da qualidade econômica em Cabo Frio. Prosseguindo disse que fora cobrado pela falta de quorum nas Sessões plenárias, em uma Live que fizera ao lado da jornalista Renata Cristiana. Reiterou que, a união na época de covid era imprescindível e que era hora não somente dos vereadores, mas, de todos os segmentos de Cabo Frio estarem unidos, no sentido de tentarem encontrar uma solução para o problema. Observou ainda, que com relação a reabertura do comércio a questão deveria ser bem estudada. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir, o senhor presidente disse que, a presença de um menor número de vereadores na Casa fora discutido em Sessão Plenária, com o objetivo de não haver aglomeração e que as matérias eram discutidas da mesma forma e os trabalhos prosseguiam sempre com os devidos cuidados. A seguir, ocupou a Tribuna a **Vereadora Leticia Jotta**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida, disse que a reabertura do comércio se transformara em uma bandeira política para muitos

e que as pessoas não estavam entendendo que a luta era travada contra um inimigo invisível e muito forte. Observou que, havia pessoas dispostas a tirarem proveito daquela triste situação. Disse, que trabalhava diuturnamente por aquela causa, sem conseguir sequer fazer a quarentena com sua filha em casa. Reiterou que, o suicídio, a depressão e a fome matavam também, com isso a seu ver o comércio deveria reabrir sim. Prosseguindo afirmou, que entrava em todas as unidades de saúde, no sentido de fiscalizar, mas, que utilizava sempre os equipamentos de proteção e que os que podiam permanecer em suas casas deveriam continuar, mas, que a grande maioria necessitava levar o pão para suas famílias. Disse, que cada proprietário de comércio deveria ser responsável por seu estabelecimento e que todos deveriam estar conscientes sobre o tema. Disse ainda, que ha vinte dias atrás o discurso era outro, todavia pautava sua vida pela seriedade e jamais admitiria ilações com o seu nome. Em aparte, o Vereador Miguel Alencar disse que, naquela data houvera novo Decreto com novas atribuições para o comércio e que o prefeito procurava formas de flexibilização que iria sempre de acordo com a curva do Covid-19. Retornando ao seu discurso, a Vereadora disse que o Ministério Público obrigara o município de Duque de Caxias a fechar novamente o comércio, em virtude de que a curva do corona vírus estava ascendente naquela localidade. Observou, que deveria haver reuniões com os órgãos competentes para que não ocorresse fato semelhante em Cabo Frio. Em aparte, o Vereador Edilan Rodrigues questionou se algum vereador alguma vez fora convidado para o Gabinete de Crise. Ao que retrucando, o Vereador Miguel Alencar, líder a bancada governistas, afirmou que tomaria as devidas providências naquele sentido e que houvera apenas uma falha de comunicação. Replicando, o Vereador Edilan disse que gostaria apenas de dar uma resposta à população. Disse ainda, que alguns poderiam dizer que ele estava advogando em causa própria, assim, solicitava que fossem reabertos todos os comércios de Cabo Frio com exceção do seu. Retomando ao seu discurso, a Vereadora Letícia Jotta disse que, na verdade houvera um bloqueio com relação a presença dos vereadores no citado gabinete. Em aparte, o Vereador Jefferson Vidal afirmou que entendia a situação, mas, que o Hospital da Unilagos estava com seus leitos completamente ocupados, por outro lado os comerciantes estavam desesperados, por isso, todos deveriam deixar de hipocrisia e não permitir que a cidade se tornasse um caos. Voltando ao seu discurso, a vereadora Letícia Jotta disse que jamais deixara de tentar fazer contato com o gabinete de crise, que as decisões deveriam ser tomadas com muita prudência e que o Legislativo estava à postos sempre empenhado na luta em favor do povo de Cabo Frio. Parabenizou os funcionários que trabalhavam na linha de frente ao combate ao covid-19, no que encerrou sua fala. Após, fez uso da palavra o **Vereador Vagne Azevedo Simão**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida, disse que no passado fora o vereador mais atacado por fake news, tendo sido chamado até mesmo de fascista, homofóbico e outros nomes. Observou que, havia meios para combater aquele tipo de crime e que na ocasião preferira não recorrer à justiça por se tratar de uma professora. Após, reportando-se ao discurso do Vereador Miguel Alencar questionou onde haveria provas sobre o funcionamento de um gabinete do ódio em Cabo Frio e que havia mazelas piores ocorrendo no município. Disse que, seus questionamentos com relação a CPI da Unilagos continuavam sem respostas e que criar uma CPI para apurar

fake news era um grande absurdo, assim, seu voto seria contrário, em decorrência de que parecia que a CPI tinha o objetivo de criar uma narrativa para travar uma luta contra a extrema direita, no que encerrou sua fala. Após, o senhor Presidente, Luis Geraldo Simas de Azevedo disse que, o assunto mais importante daquele momento era a pandemia friando que, vidas deveriam ser preservadas a qualquer custo. Saliou que os recursos deveriam vir do governo federal, assim ficara imensamente triste com a postura do Ministro da Economia que demonstrou falta de interesse nos pequenos empresários. Disse, que seu posicionamento mudara um pouco, no entanto, a responsabilidade deveria ser de todos. Observou, que em Duque de Caxias quando o prefeito abriu o comércio, a justiça ordenou o fechamento imediato, por que as ruas mais pareciam um formigueiro de tanto movimento. Sublinhou a necessidade de tudo ser feito com prudência e colaboração de todos. E ainda, que caso a curva pandêmica voltasse a se acentuar o comércio seria fechado novamente. Disse que, passava a defender a flexibilização, mas, que deveria ser cobrada a responsabilidade dos comerciantes, uma vez que não havia hospitais e nem mesmo intensivistas para o atendimentos dos pacientes. Afirmou que a cidade deveria tentar voltar graduaamente à normalidade, mas, que o Brasil era no momento o país com maior número de infectados do mundo. Lamentou a postura do governo brasileiro comparando-o com o governo argentino que, apesar de haver no país somente cinco óbitos ofereceu completo apoio à toda a população. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a **Ordem do Dia**. NESTA ETAPA, FOI APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NOS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0055, 0056 E 0057/2020 SENDO A SEGUIR ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. FORAM ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0058, 0059, 0060 E 0061/2020; FORAM APROVADOS OS REQUERIMENTOS NSº:0037 E 0039/2020 E A INDICAÇÃO: 0141/2020. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.